

## Os cabidos catedralícios portugueses em tempos de mudança (1564-1670)

HUGO RIBEIRO DA SILVA

CHSC-UC / CHAM-UNL  
Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT  
hribeirosilva@hotmail.com

**Resumo:** O presente texto tem como objectivo principal dar a conhecer alguns traços da história institucional e social dos cabidos catedralícios da época moderna, em particular nas décadas que se seguiram ao Concílio de Trento. São descritas as principais características destas comunidades diocesanas, nomeadamente as que dizem respeito à sua composição e actividades desenvolvidas. Em seguida analisa-se a recepção dos decretos tridentinos pelos cabidos e de que forma aplicaram ou não alguns deles. Finalmente, deixam-se alguns dados relativos ao acesso à instituição, identificando quais as instituições que tinham direitos de apresentação e a que mudanças se assistiu a este propósito.

**Palavras-chave:** Clero catedralício, Concílio de Trento, Padroado.

**Abstract:** In this paper I analyze some aspects of the social and institutional history of the cathedral chapters during the early modern age, particularly in the decades that followed the Council of Trent. I describe the main features of the diocesan communities, particularly those related to their structure and activities. Then, I analyze the reception of the tridentine decrees by the cathedrals and the extension of their application. Finally, I present some features related to the access to the diocesan communities. In particular, I identify the “agents” with rights of “apresentação” and the changes that the access process suffered, during the period of interest.

**Keywords:** Cathedral clergy, Council of Trent, Patronage.

O conhecimento sobre a história dos cabidos catedralícios portugueses da época moderna é hoje muito limitado. Nem a historiografia positivista do século XIX e parte do século XX, nem a das últimas décadas se tem interessado sobre estas instituições eclesiásticas diocesanas<sup>1</sup>. Tal é de certo modo surpreendente, não só porque se está perante um importante poder diocesano, mas também porque muitos capitulares acumulavam funções nos tribunais régios e/ou no Santo Ofício. Assim, a um maior e melhor conhecimento dos cabidos e do seu clero corresponderá não só uma maior compreensão das estruturas diocesanas, mas também da sociedade em geral. Muitas são, portanto, as questões que aguardam resposta ou maiores desenvolvimentos. Importa, por exemplo, analisar o relacionamento dos cabidos com outros poderes, como prelados, Inquisição ou a Coroa; identificar quais os seus bens e de que forma os administravam; quais as origens sociais dos seus membros e que percursos e carreiras realizavam.

Com o presente artigo não se ambiciona dar resposta a todas estas, ou a outras, questões. O objectivo principal é dar aqui a conhecer alguns traços da história institucional e social dos cabidos catedralícios da época moderna, em particular nas décadas que se seguiram ao Concílio de Trento. Começar-se-á por descrever as suas características principais, nomeadamente as que dizem respeito à sua estrutura e actividades desenvolvidas. Em seguida analisar-se-á, de forma sumária, a recepção dos decretos tridentinos pelos cabidos e de que forma aplicaram ou não alguns deles. Finalmente, deixar-se-ão alguns dados sobre o acesso à instituição, identificando quais as entidades que tinham direitos de apresentação e a que mudanças se assistiu a este propósito durante a cronologia em análise.

1 Foram sobretudo clérigos os autores que legaram informações de alguma utilidade: SANTA CLARA, Francisco de P. – *Índice dos chantres da sé d'Elvas...* Elvas: Typ. Elvense, 1887. SANTA CLARA, Francisco de P. – *O deado da sé d'Elvas*. Elvas: António José Torres de Carvalho, 1905. TÁVORA, Arthur M. – *Dignatários da Sé de Braga-Primaz dos séculos XVII e XVIII com extractos genealógicos dos respectivos processos*. Lisboa: Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra, 1938. PINTO, António F. – *O cabido da sé do Porto. Subsídios para a sua história*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1940. CASTRO, José de – *Bragança e Miranda (Bispado)*. Porto: Tipografia Porto Médico, 1946-1947 (2 vols). AUGUSTO, Mário dos S. – *O Cabido Portucalense e a Restauração*. Porto: F.L.U.P., 1969 [Policopiado. Tese licenc. História]. VAZ, A. Luis – *O Cabido de Braga, 1071 a 1971*. Braga: ed. José Dias de Castro, 1971. COSTA, Manuel G. – *História do bispado e cidade de Lamego*. Lamego: Oficinas Gráficas Barbosa e Xavier, 1977-1992. MARTINS, Anacleto P. – *O cabido da sé de Portalegre. Achegas para a sua história*. Portalegre: Cabido da sé de Portalegre, 1997. Para além destes, e num outro registo: PAIVA, José P. – As relações entre o Estado e a Igreja após a Restauração. A correspondência de D. João IV para o cabido da Sé de Évora. *Revista de História das Ideias*, 22 (2001) 107-131. No âmbito do meu projecto de mestrado tive a oportunidade de me dedicar ao estudo do cabido de Coimbra: *O Cabido da Sé de Coimbra. Os homens e a instituição (162-1670)*. Lisboa: ICS, 2010. – Rezar na Sé, Despachar no Santo Ofício. Capitulares de Coimbra ao serviço da Inquisição (1620-1670). In *EM TORNO dos espaços religiosos: monásticos e eclesiásticos* – homenagem a Frei Geraldo (Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias). Porto: IHM-UP, 2005, pp. 95-110. – Património e rendas eclesiásticas do Cabido da Sé de Coimbra (1620-1670). *Revista Portuguesa de História*, t. 38 (2006) 347-376.

## 1. Os cabidos na época moderna: quadro institucional e actividades desenvolvidas

Os diferentes cabidos catedralícios, um por cada sede diocesana, eram compostos por um número variável de elementos, geralmente distribuídos por três grupos principais: dignidades (deão, chantre, mestre-escola, tesoureiro, arcediagos), cónegos e porcionários (meios cónegos, tercenários, quartanários...). As conezias podiam ser de ofício ou simples. Entre as primeiras estava incluído o penitenciário, que era o confessor da catedral; o cónego magistral, que tinha de ser graduado em Teologia; e o cónego doutoral, perito em direito canónico, responsável por defender os bens, direitos e prerrogativas do cabido, dirigir os negócios judiciais ou extrajudiciais do mesmo e emitir pareceres<sup>2</sup>.

Apenas as dignidades que tivessem prebenda inteira e os cónegos, desde que possuíssem ordens sacras e mais de 22 anos, eram membros de pleno direito dos cabidos. Ou seja, embora os meios cónegos, tercenários e/ou quartanários estivessem submetidos às mesmas obrigações que aqueles, não tinham voz nas reuniões capitulares, não dispondo de qualquer poder de decisão no tocante à vida e aos negócios da comunidade capitular. Além do mais, em termos económicos existia uma grande diferenciação entre eles, já que os corpos superiores recebiam rendas de maior valor que os outros. Enquanto aos porcionários estavam apenas reservadas funções religiosas, os restantes participavam ainda na administração da instituição, ou seja, detinham o poder do seu controlo económico. Esta separação hierárquica entre cónegos e porcionários era evidente em quase todas as catedrais, se não em todas, e esteve na origem de inúmeras discórdias travadas entre os dois grupos de beneficiados. Tais conflitos tinham sempre por objecto os menores direitos usufruídos por parte dos porcionários, a que não correspondiam, como se disse, menos obrigações.

Para além dos capitulares, as catedrais contavam com sacerdotes que não eram detentores de um benefício na catedral, sendo apenas meros assalariados, como era o caso dos capelães, cuja razão de ser era a celebração das missas dos legados pios a que a Sé estava obrigada. Havia ainda funcionários do cabido, contratados para desempenhar funções específicas, que não eram clérigos. Em Coimbra havia o prebendeiro, que recebia as rendas pertencentes ao cabido; um médico, encarregado de tratar os capitulares que necessitassem; um executor das rendas; um porteiro da massa; o solicitador e o ouvidor; para além dos fornecedores de carne e peixe, do almocreve e do carreteiro.

A principal função dos cabidos era de tipo litúrgico, cabendo-lhes assegurar o culto solene nas catedrais, primeiro tempo de cada diocese, através da participação

2 Segue-se, neste primeiro ponto, para além dos trabalhos citados: SILVA, Hugo Ribeiro da – *Os Capitulares da Sé de Coimbra (1620-1670)*. Porto: Faculdade de Letras da U.P., 2005, p. 22-61 [Policopiado. Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais].

quotidiana dos seus membros nas horas canónicas e outras celebrações religiosas. A reforma tridentina, para fazer face aos ataques protestantes, insistiu no reforço das cerimónias e ritos públicos, pelo que importava que todos eles reunissem a maior solenidade possível. Todo o cerimonial, além da maior glória de Deus, servia para confirmar o lugar privilegiado do clero numa sociedade de ordens, de cuja ideologia participava de forma activa.

Onde o cabido adquiria maior preponderância social era precisamente no seu papel de intermediário com a divindade, e por esse motivo o bispo de Coimbra, D. João Manuel (1625-1632), recordando que «a obrigação de louvar e adorar a Deos nosso senhor nam somente com o culto interior das almas, mas tambem com o exterior de ceremonias he tão antiga», pediu a todos os clérigos da Sé, que «tratem de ter perfeita noticia de todas as ceremonias, lendo pera esse effeito, e considerando mui particularmente o ceremonial Romano, e regras do missal e breviario, e as guardar em tudo sem faltarem»<sup>3</sup>. Nos ofícios litúrgicos a palavra e a música vocal e instrumental encontravam-se estreitamente unidas. Diariamente cantadas na Sé pelos capitulares, as horas do ofício divino eram um dos aspectos que recebia grande atenção pelo prelado diocesano quando visitava o cabido<sup>4</sup>.

Além dos ofícios divinos e da celebração de missas, destacavam-se, entre o conjunto de cerimónias levadas a cabo pelo clero catedralício, as procissões, fortemente promovidas pela Igreja pós-tridentina, enquanto manifestação pública de fé por excelência, como é sublinhado nas constituições ordenadas por Frei Lopo de Sequeira Pereira, bispo de Portalegre (1619-1632): «tem por principal intento e espirito ensinar e mover aos mesmos fieis a que não só nos templos, mas ainda nos lugares públicos louvem a Deos e seus Santos, seguindo com os paços e vida a Cruz que há de preceder sempre nellas, pêra que Deos se compadeça das necessidades do povo Christão»<sup>5</sup>. Às procissões realizadas anualmente, de acordo com o calendário litúrgico, juntava-se todo um conjunto de outras extraordinárias, motivadas por contextos políticos (guerras, celebrações relacionadas com a família real ...) ou por fenómenos adversos (como os relacionados com o clima ou epidemias). Por exemplo, quando as chuvas eram escassas ou, ao invés, eram excessivas a produção agrícola ficava em risco, o que poderia colocar

3 A.U.C., Cabido de Coimbra, Capítulos da visita de D. João Manuel ao cabido (1626), cota: III/D,1,5,2,8, fl. 23-23. Além dos aspectos referidos, o bispo dá especial importância à valorização do Novo Testamento: «...em seu lugar instituiu e ordenou a santa madre igreja ensinada pello Espirito Santo outras mais perfeitas, recebidas e derivadas per tradição e Christo senhor nosso e de seus Apostolos sagrados, e como taes mais estimadas do mesmo semhor que sem duvida quer e espera de nos maior observancia destas que das antigas, e se dará por mais offendido se com a diligencia possivel as nam guardarmos, pois com ella imediatamente celebramos os mysterios sagrados do testamento novo, de que as do testamento velho, que Deos tanto estimava, eram so figuras».

4 MARQUES, João Francisco- A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2: *Humanismos e Reformas*. Coord. João Francisco Marques; António Camões Gouveia. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 486-487.

5 *Constituições sinodais do bispado de Portalegre...*, 1632, tit. VI.

em causa o abastecimento e provocar tensões sociais e políticas. Através das procissões, as comunidades, lideradas por um sacerdote, rezavam a Deus, pedindo-lhe o fim da má conjuntura. A religiosidade surgia assim unida aos ciclos de vida dos homens, mas sempre enquadrada pelos agentes da Igreja. Aos cabidos, por sua iniciativa ou por ordem dos prelados ou dos monarcas, cabia muitas vezes organizar e realizar estas procissões nas cidades do reino.

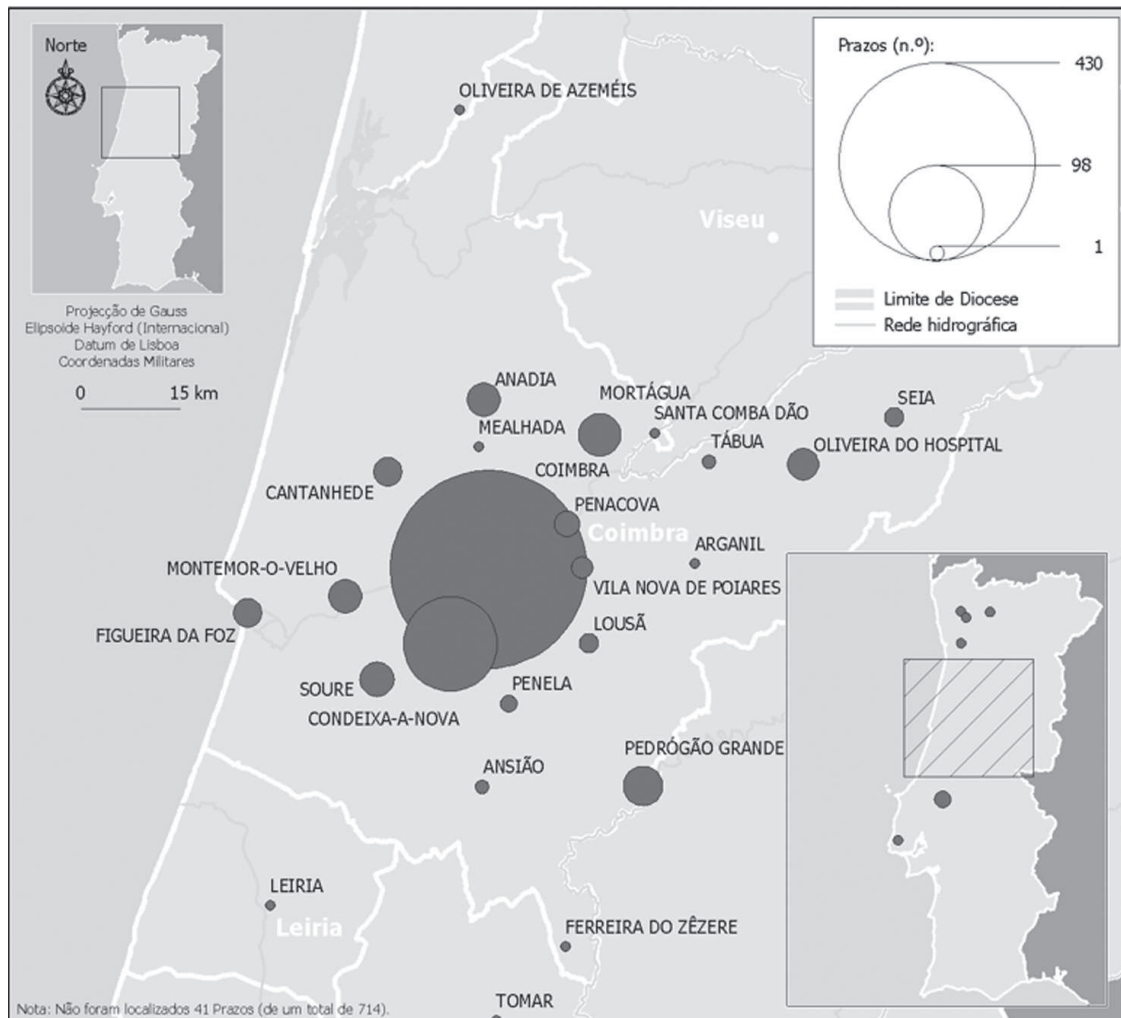
Para além da participação e organização de cerimónias e rituais, outra das funções inerentes aos cabidos catedralícios era a de administração económica da instituição, organizando-a minuciosamente de forma a cumprir um objectivo que interessava a todos os capitulares: proporcionar-lhes boas rendas. No entanto, é muito difícil conhecer, com exactidão, qual o valor das rendas eclesiásticas de que desfrutavam os membros dos cabidos. Tal deve-se a uma administração económica complexa de um património disperso e de diferentes naturezas<sup>6</sup>, que se encontra ainda por estudar para a totalidade dos cabidos portugueses existentes na época moderna<sup>7</sup>.

Em termos gerais, o património de um cabido era composto, desde logo, por um conjunto de bens utilizados no âmbito do culto: alguns dos templos da diocese e alfaias litúrgicas pertencentes aos mesmos, entre as quais se incluem as da própria Sé. Além destes, estritamente religiosos, havia todo um conjunto de propriedades – casas, terras e unidades de transformação – do qual era senhorio, e que lhe proporcionavam rendas em dinheiro e em géneros. Por exemplo, o cabido de Coimbra possuía propriedades um pouco por toda a diocese, embora, como se observa no mapa 1, existisse uma maior concentração nas freguesias de Coimbra e concelhos vizinhos<sup>8</sup>. Enquanto instituição eclesiástica que era, o cabido contava ainda com todo um vasto conjunto de rendas provenientes das funções que desempenhava e do lugar que ocupava na sociedade de Antigo Regime, nomeadamente todas aquelas provenientes de, por exemplo, instituição de capelas e, de forma mais alargada, todo um conjunto de “impostos religiosos”, de que se destaca o dízimo.

6 A mesma dificuldade é descrita em IRIGOYEN LÓPEZ, Antonio – *Entre el Cielo y la Tierra, entre la familia y la institución. El Cabildo de la Catedral de Murcia en el siglo XVII*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 142-143. LATORRE CIRIA, que realizou um estudo económico da catedral de Huesca, afirma que «la organización administrativa de la Catedral descansa sobre varias administraciones que se ocupan de gestionar las rentas según la finalidad específica que han de cubrir. Sin embargo, los entrelazamientos entre las distintas unidades de gestión son frecuentes; este hecho unido a la técnica contable utilizada, dificulta enormemente el estudio de las rentas» LATORRE CIRIA, José Manuel – *Economía e religión. Las rentas de la Catedral de Huesca y su distribución social (siglos XVI-XVII)*. Zaragoza-Huesca: Instituto Fernando el Católico-Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1992, p. 286 e p. 313. Na mesma obra o autor desenvolve estas questões: p. 17-34.

7 OLIVEIRA, Aurélio de – O Clero em Portugal. Património e Bens da Época Moderna. In *ACCUMULATION and dissolution of large estates of the regular clergy in early modern Europe*. Ed. Fiorenzo Landi. Rimini: Guaraldi, 1999, p. 199-232.

8 SILVA, Hugo Ribeiro da – Património e rendas eclesiásticas do Cabido da Sé de Coimbra (1620-1670). *Revista Portuguesa de História*, 38 (2006) 347-376.

**Mapa 1:** Os Prazos do Cabido da Sé de Coimbra no séc. XVII

Fonte: AUC - Cabido - "Índice das casas e propriedades do Cabido", Ano 1634; "Livro de Foros", Ano 1621.  
 AMORIM, Inês - "Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII : 1690-1814 : estudo económico de um espaço histórico",  
 Porto, CCRC, 1996.  
 CARVALHO, Joaquim, PAIVA, J. P. - "A Diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados, e título dos párocos" in Revista  
 de História das Ideias, vol. 11, 1989, pp. 175-268.  
 "Carta Administrativa Oficial de Portugal", escala 1:25.000, IGP, 2004.

## 2. A reforma tridentina e o clero capitular: recepção e práticas

Se é verdade que o centro da Reforma esteve inicialmente em Trento e, logo que o Concílio terminou, em Roma, nas décadas seguintes o centro de disputa de poderes esteve no seio de cada diocese, através da interpretação e execução dos decretos conciliares. Ainda antes de conhecerem em detalhe as mudanças a introduzir, os cabidos perceberam que não podiam perder tempo e procuraram impedir qualquer alteração ao que consideravam ser os direitos adquiridos e consagrados pelo costume e estatutos particulares de cada um deles. A sua oposição incidiu sobre alguns dos decretos da reforma, ligados a aspectos disciplinares, nunca colocando em causa os decretos da



fé, até porque se o fizessem podiam ser acusados de hereges<sup>9</sup>. A sua estratégia passou, em primeiro lugar, por adiar a entrada em vigor de alguns decretos tridentinos. Ao mesmo tempo, procuraram protelar a convocação de sínodos e concílios provinciais e, quando não o conseguiam, colocaram em causa a validade dessas reuniões, invocando irregularidades formais. E, finalmente, acusavam os prelados de se excederem na leitura que faziam dos decretos tridentinos, apelando para Roma das suas decisões. Uma resistência que se não conseguiu colocar em causa a implementação da Reforma, dificultou a acção dos prelados, tornando-a mais lenta ou impedindo que tivesse o alcance que alguns deles pretendiam<sup>10</sup>.

Logo após a conclusão do concílio de Trento e a sua aceitação pelo monarca português, representantes dos cabidos, reunidos em Lisboa, procuraram estabelecer uma posição concertada que permitisse a não aplicação de pelo menos alguns decretos em Portugal, sobretudo aqueles que teriam implicações nas rendas de muitos dos capitulares, que acumulavam benefícios e não residiam nas sés. Tal como já havia sido demonstrado para outras dioceses da Península, em Portugal os bispos tiveram de vencer a oposição dos cabidos, que resistiram como puderam<sup>11</sup>. Contudo, a solidariedade inicial que uniu os cabidos foi-se desvanecendo consoante cada cabido, na sua diocese, foi negociando e alcançando do seu bispo um menor rigor na aplicação dos decretos e no controlo do seu cumprimento. Por exemplo, o cabido de Coimbra, a propósito das despesas tidas em Roma pelo procurador dos cabidos da província de Braga, anunciou, em 1569, que não tinha qualquer interesse em prosseguir com a demanda contra algumas das disposições do concílio provincial por ter chegado a um acordo com o prelado, D. Frei João Soares (1545-1572)<sup>12</sup>.

Parte da estratégia de resistência dos cabidos passou por Roma. Eles sabiam que só convencendo a Santa Sé dos seus argumentos poderiam marcar de forma mais sólida e eficaz a sua posição a nível diocesano<sup>13</sup>. Além do mais, os recursos às

9 FERREIRA, J. Augusto – *Fastos episcopais da igreja primacial de Braga*. [Braga]: Edição da Mitra Bracarense, 1932, vol. 3, p. 34. SOARES, A. Franquelim Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1500-1700)*. Braga: [s.e.], 1997, p. 146.

10 SOARES, A. Franquelim Neiva – *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1500-1700)*. Braga: [s.e.], 1997, pp. 153-173. A.D.B., Cabido de Braga, Gav. Conc. e Sin., nº 21: Contrato que entre si fizeram os cabidos de Braga, Porto, Coimbra e Viseu, pelo qual fizeram procurador a Pedro Borges, cónego de Braga, para ir a Roma... (1567). A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 5, fl. 69v (1567-10-06).

11 FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi – *Felipe II y el clero secular. La aplicación del concilio de Trento*. Madrid: Sociedad estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000, p. 331.

12 A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 5, fl. 99 (1569-01-20).

13 A.D.B., Cabido de Braga, Gav. Conc. e Sin., nº 46 : Carta dos cabidos ao papa (1564); publ. in ROLO, Raúl de Almeida – *L'application de la réforme du Concile de Trente à Braga*. In *IL CONCILIO di Trento e la Riforma Tridentina. Atti del Convegno Storico Internazionale. Trento, 1963*. Roma, Freiburg, Basel, Barcelona, Viena: Herder, 1965, vol. 2, p. 562. Autores que estudaram outros espaços do mundo católico referiram já esta questão. Vd. por exemplo: BORROMEO, Agostino – *I vescovi italiani e l'applicazione del concilio di Trento*. In *I TEMPI del concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina*. Ed. C. MOZZARELLI; D. ZARDIN. Roma: Bulzoni Editore, 1997, p. 55. FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi – *Felipe II y el clero secular. La aplicación del concilio de Trento*. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000, p. 257, p. 314, p. 320-321.

congregações romanas permitiam-lhes ganhar tempo. Enquanto se aguardava por uma decisão do papa, os dias iam passando e, com sorte, por transferência para outra diocese ou morte do bispo, um novo prelado seria provido, o que poderia facilitar o processo de negociação. Esta foi, aliás, uma estratégia utilizada noutras situações e noutro tipo de problemas. Os cabidos sabiam que, enquanto grupo, permaneciam, enquanto o governo dos bispos, protagonizado apenas por um só homem, era sempre provisório.

Observando os primeiros anos, ou décadas, que se seguiram ao Concílio de Trento, e as próprias determinações deste, facilmente se conclui que os prelados dispunham de mecanismos jurídicos importantes para empreender a reforma do clero catedralício. Dúvidas parece também não haver de que o poder dos bispos saiu, efectivamente, reforçado no quadro das estruturas diocesanas, para o que muito contribuiu o facto de, na generalidade, terem passado a residir nas suas dioceses. Da mesma forma, não é novidade dizer-se que os cabidos procuraram lutar contra as mais importantes medidas aprovadas em Trento e que os bispos tentaram colocar em prática a nível diocesano. Contudo, a resistência dos cabidos obrigou os prelados a moderar vários dos decretos apresentados nos concílios provinciais ou nos sínodos diocesanos realizados nos anos que se seguiram ao encerramento do Concílio, em 1563. A polémica que envolveu as alterações pretendidas por D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581) quanto ao enquadramento das visitas pastorais na arquidiocese de Braga é um bom exemplo da capacidade de resistência dos cabidos que obrigou a negociações e cedências por parte dos antístites. Se é verdade que o cabido não conseguiu evitar um reforço do poder de intervenção do arcebispo no âmbito das visitas pastorais, em particular naquelas em que até então pertencia ao cabido a visita, certo é que também o arcebispo não conseguiu impor todas as medidas inicialmente previstas, tendo de partilhar poder com o cabido<sup>14</sup>.

Em Portugal, no que se refere à aplicação do Concílio de Trento a nível local, de acordo com as informações disponíveis, a luta de poderes parece ter passado por três pólos: cabidos-bispos-sumo pontífice. Aparentemente ausente parece ter estado o monarca, neste caso D. Sebastião ou o cardeal D. Henrique, nos períodos de regência. Em 1567, no final do concílio provincial de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires impediu o representante do rei, Francisco de Lima, de examinar e aprovar os actos conciliares, numa clara demonstração de autonomia face ao poder régio<sup>15</sup>. Embora seja conhecido o papel do cardeal-infante, também ele prelado, na reforma tridentina em Portugal, nomeadamente na diocese de Évora, desconhece-se até que ponto, enquanto

14 SOARES, A. Franquelim Neiva – Visitações e itinerários pastorais de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. *Bracara Augusta*, v. 42, nº 93 (1990) 173-178. IDEM – A administração bartolomeana do arcebispado de Braga através das visitas pastorais. In *IV CENTENÁRIO da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Congresso Internacional. Actas*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1994, p. 426-427.

15 MARCOCCI, Giuseppe – Il governo dell'archidiocesi di Braga al tempo de Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). *Riflessioni e documenti sull'episcopato portoghese nell'età del Concilio di Trento. Archivio Italiano per la storia della Pietà*, vol. 15 (2003) 112.



governante, desempenhou um papel e interveio ou interferiu na recepção de Trento por cada diocese em particular. Não se sabe, pois, em que medida a acção do monarca português pode ser comparada com a do seu vizinho Filipe II em Castela<sup>16</sup>.

Mas o estudo da recepção do Concílio de Trento não basta por si só para se perceber a reforma tridentina. As décadas seguintes terão sido decisivas para o sucesso ou insucesso da reforma. Importa agora observar alguns aspectos da sua aplicação.

O Concílio procurou reduzir o número de benefícios com obrigação de cura de almas que um sacerdote podia possuir. Embora tenha continuado a ser possível obter dispensas, elas limitavam-se aos casos excepcionais previstos nos decretos. Da mesma forma, ainda que continuasse a ser possível acumular benefícios simples com os de cura de almas, exigia-se ao titular que pagasse a um coadjutor<sup>17</sup>.

Dada a fiscalização pelos prelados e até pelos cabidos, a acumulação de benefícios de forma irregular terá sido residual, já que os capitulares das sés terão então optado por obter benefícios simples (ou seja, sem cura de almas) ou conseguir as dispensas papais que lhes permitiam usufruir de um benefício curado sem deixarem o lugar na catedral. Em Miranda, quando João Sardinha morreu, em 1587, acumulava a conezia que tinha naquela Sé com quatro benefícios simples<sup>18</sup>. Em 1606, Tomé Gonçalves de Frias, vigário geral de Coimbra, procurou alcançar junto da Santa Sé uma dispensa para poder manter a igreja de S. Pedro, de que era prior há mais de dez anos, a par do canonicato em que o bispo agora o provia. Argumentava que ambos os benefícios estavam na mesma cidade e cada um deles não bastava para o seu sustento. Desconhece-se, porém, o sucesso de tal pretensão<sup>19</sup>.

O segundo aspecto que se irá agora analisar é o da obrigatoriedade de residência, outro dos elementos da reforma que maior contestação suscitou aos cabidos catedralícios. Nos finais da década de 1570 o cabido de Évora ainda travava uma guerra jurídica, que passava sobretudo por Roma, de forma a conservar o «costume» existente naquela Sé relativo ao número de dias que os capitulares se podiam ausentar. Contudo, António Gouveia, agente do cabido em Roma, não deixou de lhe recordar que «há Sua Santidade declarado que qualquer clausula do Consilio derogue costume inmemorial na materia de residencia nas igrejas cathedrais e collegiadas ainda que não faça expresa mensão delle e mais no caso dos cem dias por parte de Vossas mercês não se pode allegar inmemorial porque o statuto foi feito no anno de 1548 que ha vinte oito anos somente que la não se advirtio»<sup>20</sup>.

16 FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi – *Felipe II y el clero secular. La aplicación del concilio de Trento*. Madrid: Sociedad estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000.

17 *Concílio de Trento*, Ses. VII, Dec. Reforma, cap. IV, V e VI; Sessão XXIII, Dec. Reforma, cap. 1.

18 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1549, fl. 426 (1587-09-07).

19 A.S.V., Fondo Confalonieri, lv. 38, fl. 119 (1606-11-16).

20 A.S.E., Cabido de Évora, Cartas dos Agentes do Cabido em Roma, AR II (1576).

Consistindo, *grosso modo*, na assistência aos ofícios divinos e às reuniões capitulares, a residência surgia como um pilar básico na reforma tridentina, ao pretender uma melhor assistência pastoral aos fiéis, bem como uma maior dignidade e grandiosidade do culto nas catedrais. Além do mais, note-se que para que os capitulares tivessem direito a receber, sem penalizações, as rendas do seu benefício, deviam cumprir com o dever de assistir aos ofícios religiosos e às reuniões capitulares. Daí que a obrigatoriedade de residência tenha sido objecto da vigilância atenta por parte dos próprios cabidos. Ter-se-á, portanto, verificado um maior cumprimento desta obrigação por parte dos capitulares, o que assegurou um funcionamento regular dos cabidos e das celebrações religiosas nas catedrais. Claro que, eventualmente, poderão ter existido variações de diocese para diocese, até porque naquelas com menor número de clérigos ao seu dispor as faltas de alguns deles teriam maiores consequências no serviço do coro. Só estudos monográficos poderão, pois, ajudar a responder de forma mais precisa a esta questão<sup>21</sup>.

Todavia, continuou a existir um conjunto de razões que permitiam as ausências e os capitulares souberam tirar partido de algumas delas. Por vezes de forma até abusiva. Segundo D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra (1585-1615), os cónegos daquela Sé davam dias uns aos outros, o que ia contra o Concílio, fazendo-o muitas vezes em segredo, para ele o não saber, «e com pequena causa dão dias a conegos (o que tenho por pior) que tem ainda os dias que o statuto lhes daa por os não gastarem»<sup>22</sup>. De forma a serem contados como presentes, eles ofereciam-se para tratar de assuntos que os cabidos tivessem nas localidades para onde se deslocavam. Aliás, os cabidos também ficavam a ganhar, já que assim não tinham de suportar as despesas no caso de terem de enviar propositadamente algum capitular tratar desses assuntos. Por exemplo, Diogo da Cunha Sotto Maior, meio cónego de Coimbra, foi a Braga tratar da lutuosa de Alvaizere e a Basto cobrar rendas atrasadas. Para tal o cabido deu-lhe seis dias, não lhe pagando salário por esta tarefa, já que era natural de Braga<sup>23</sup>. Também os privilégios conseguidos por instituições como a Universidade e a Inquisição, que tinham ao seu serviço inúmeros cónegos, estiveram por detrás de muitas ausências, motivando acesos conflitos com os cabidos<sup>24</sup>. Igualmente o serviço à Coroa justificou a ausência de vários capitulares, continuando a receber os frutos da sua prebenda. No reinado de D. Filipe II, por exemplo, vários cónegos de Coimbra foram chamados pelo rei, vice-rei ou governadores para o serviço da Coroa, embora

21 Loupès, que conseguiu alguns dados quantitativos para o sudoeste da França, aponta para uma presença nas reuniões capitulares entre cerca de 49% e 65%, variando conforme as épocas e de cabido para cabido. Vd. LOUPÈS, Philippe— *Chapitres et chanoines de Guyenne aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Ed. de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1980, p. 283.

22 A.S.V., Fondo Confalonieri, lv. 39, fl. 192.

23 A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 13, fl. 28-28v (1644-04-21).

24 SILVA, Hugo R. — Rezar na Sé, despachar no Santo Ofício: Capitulares de Coimbra ao serviço da Inquisição (1620-1670). In *EM TORNO dos espaços religiosos — monásticos e eclesiásticos*. Porto: IHM, 2005, p. 95-110.

nem sempre se especifique que actividades<sup>25</sup>. A questão da residência pelos cónegos não deve, pois, ser vista apenas numa óptica de cumprimento/incumprimento. Ela cruza-se, por um lado, com as carreiras individuais destes clérigos e, por outro, com o quadro de relações entre os cabidos e diversas instituições. Além do mais, note-se que os capitulares não estavam obrigados a residir durante todo o ano, pois estava previsto que tirassem dias para férias ou para participar em peregrinações e romarias religiosas. E no que se refere a dignidades e cónegos, já na Idade Média, para colmatar as suas ausências, tinham sido instituídos os porcionários, a quem cabia um significativo conjunto de celebrações na catedral.

### 3. O acesso aos cabidos catedralícios

Quando um benefício vagava o seu provimento poderia caber a diversas instituições: Santa Sé, bispo ou cabido, Universidade de Coimbra e/ou monarca. No entanto, o peso de cada instituição nesse processo era heterogéneo, além de variar de diocese para diocese. Em geral, se a vacatura ocorria nos chamados meses apostólicos – Janeiro, Fevereiro, Abril, Maio, Julho, Agosto, Outubro e Novembro – a eleição do candidato pertencia à Santa Sé. Se tivesse lugar nos restantes quatro meses – Março, Junho, Setembro e Dezembro – a nomeação e provisão pertencia ao bispo ou ao cabido<sup>26</sup>. Também os monarcas portugueses tinham o direito de apresentação de algumas conezias, quer nas antigas dioceses, quer nas criadas ao longo do século XVI.

A Santa Sé era a instituição que mais nomeações realizava, pois além das vacaturas que ocorriam num dos seus meses, ainda lhe cabia a colação das coadjutorias, permutas e resignações (excepto nos benefícios de padroado real). A maior parte das vezes a Dataria, órgão da cúria romana que concedia as bulas para a apresentação dos benefícios, não contava com candidatos próprios. Portanto, a provisão das prebendas vagas obedeceria à lei da oferta e da procura. Por vezes, havia quem entregasse o assunto a agentes ou até a um familiar próximo, mas também existiam candidatos que se deslocavam a Roma, ou que aí estavam a residir por motivos de estudo ou outros. A proximidade ao centro do poder e o conhecimento do seu funcionamento facilitavam a obtenção da desejada prebenda. Em carta a Fabio Biondo, patriarca de Jerusalém, colector em Lisboa e vice-legado em Portugal, o cardeal Aldobrandino dizia em 1595 que tinha grande dificuldade em obter do papa graças de benefícios para pessoas ausentes, ainda que fossem de «boa qualidade», pois aqueles que estão em Roma acabavam por ter vantagem<sup>27</sup>.

25 A.U.C., Cabido de Coimbra, Cartas régias (1590-12-17). A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 7, fl. 54v (1595-07-07).

26 ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1968, vol. 2, p. 57-58.

27 A.S.V., Fondo Confalonieri, lv. 29, fl. 222.

Como já se referiu, se as vacaturas ocorriam num dos quatro meses ordinários a apresentação dos benefícios cabia aos bispos e/ou cabidos. Do ponto de vista jurídico, essa provisão e colação era, em Coimbra, «simultanea e commua com os senhores Bispos e Reverendo Cabido»<sup>28</sup>. No entanto, no tempo do bispo D. Afonso de Castelo Branco foi realizado um acordo entre prelado e cabido, confirmado pelo papa, «em ordem a evitar discordias, e disensoens, que ordinariamente resultaram de provimentos comuns, que estabeleceu que o cabido apresentaria os canonicatos e dignidades que vagassem nos tais meses da parte dextra do choro donde se asenta o senhor Deão, e os senhores Bispos os que vagassem da parte sinistra do choro donde se asenta o senhor Chantre»<sup>29</sup>. Também na Sé da Guarda, bispo e cabido tiveram de chegar a um acordo a propósito da apresentação dos benefícios que ocorriam nos seus meses, o que aconteceu no tempo de D. Nuno de Noronha (1593-1608)<sup>30</sup>.

Além destes provimentos, cabia em exclusivo aos bispos a apresentação de alguns canonicatos que constituíram uma inovação de Trento. Era o caso do cônego penitenciário (confessor da catedral) ou da conezia de escritura, embora a sua criação não tenha sido imediata e simultânea em todas as dioceses. Além destas, havia em algumas dioceses benefícios capitulares em que a selecção dos candidatos estava reservada aos prelados, a quem cabia abrir concurso. Ou seja, não existia um quadro único para todas as dioceses.

Além da Santa Sé, dos bispos e dos cabidos, também o monarca tinha direitos de padroado. Ao longo do século XVI foram criadas quatro novas dioceses: Leiria, Miranda (1545), Portalegre (1549) e Elvas (1570). A criação destes novos bispados significou não só novas cadeiras episcopais, como também o surgimento de novos cabidos catedralícios. Além de, como nas restantes dioceses, o rei reservar para si a eleição dos novos prelados, procurou também que a nomeação de um número significativo de lugares nos cabidos ficasse sob o seu domínio. Até porque alguns dos benefícios paroquiais extintos para darem lugar à nova sede diocesana eram até então de padroado régio. Ou seja, não pretendia o rei perder privilégios. Pelo contrário, queria aumentar e melhorar as possibilidades de colocação para as suas clientelas.

Nas novas sés de Leiria e de Miranda foram criadas duas dignidades e quatro conezias para graduados, cujo provimento seria do prelado com conselho do rei: uma dignidade e duas conezias para mestres e graduados em Teologia, e uma dignidade e duas conezias para canonistas, todos pela Universidade de Coimbra<sup>31</sup>. Nas bulas fundacionais previa-se que os bispos pudessem ainda criar e instituir outras dignidades, conezias e benefícios. Assim se institui, em 1546, em Leiria, o deão (que seria um dos

28 A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 13, fl. 201-201v (1664-01-01).

29 A.U.C., Cabido de Coimbra, Acórdãos, lv. 13, fl. 201-201v (1664-01-01).

30 A.S.V., Fondo Confalonieri, lv. 38, fl. 217-219 (1595-09-30).

31 ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1968, vol. 2, p. 9 e 15.

graduados em cânones), o chantre, o tesoureiro, o mestre-escola (graduado em teologia), um arcediogo, dez cônegos, dez meios cônegos e cinco quartanários<sup>32</sup>. Também em Miranda foram, depois da fundação da diocese, criadas outras prebendas na catedral. Em ambos os casos não é claro quem apresentava as dignidades e conezias erectas depois da data de fundação da diocese. Seguir-se-ia o processo habitual: o papa nos seus meses, nos restantes o bispo e cabido. Assim o indiciam, por exemplo, duas cartas de António Pinto, agente de Portugal em Roma, para D. Filipe II<sup>33</sup>.

Em Portalegre, foram, inicialmente, instituídas duas dignidades e dois canonicatos, destinados a dois graduados em Cânones e a dois graduados em Teologia, sempre por Coimbra; ficando em aberto a criação de outras dignidades e canonicatos. Desta vez, porém, ficou concedido ao rei o padroado de todos os benefícios da nova catedral, em substituição do direito de padroado que tinha nas igrejas agora unidas à igreja e cabido de Portalegre (priorado de Arronches e preceptoria de Santiago de Évora, da Ordem de Cristo)<sup>34</sup>.

Na Sé de Elvas, diocese criada no reinado de D. Sebastião, em 1570, foram instituídas as dignidades de deão, chantre, arcediogo, mestre-escola e tesoureiro, dez canonicatos (um dos quais para um mestre em Teologia e o outro a um doutor em Cânones, graduados por Coimbra ou Évora) e duas meias conezias. A bula é, porém, omissa quanto a direitos de apresentação, com excepção de um canonicato, cujo direito o papa reservava ao conde de Tentúgal, já que até então era o padroeiro do priorado da igreja de Santa Maria de Elvas, que passava a ser Sé catedral<sup>35</sup>. Há ainda referências a uma «conesia del rey»<sup>36</sup>; em 1594 vê-se o cabido de Elvas a eleger, por concurso, o cônego magistral<sup>37</sup>; e provimentos realizadas pela Santa Sé<sup>38</sup>; embora sem se terem apurado detalhes que permitissem perceber o quadro geral das apresentações nesta catedral.

32 D. Gaspar do Casal, bispo de Leiria (1557-1579), extinguiu, porém, seis meias prebendas, que deram lugar a doze quartanários, que totalizavam assim dezassete. Vd. *O coseiro ou memorias do bispado de Leiria*. Braga: Typ. Lusitana, 1868, p. 200-201.

33 Uma das cartas é resposta a outra do rei, em que este mandava ao agente que procurasse alcançar uma conezia, além de quatro benefícios simples, na diocese de Miranda, que tinham vagado por morte de João Sardinha, para D. João de Lencastre, filho do comendador-mor da Ordem de Cristo: vd. A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1549, fl. 426-426v, 429 (1587-09-07). Vd tb. CASTRO, José de – *Bragança e Miranda (Bispado)*. Porto: Tipografia Porto Médico, 1946, vol. 1, p. 230. Nesta sua obra, José de Castro, ao referir-se ao provimento de novos prebendados, por vezes indica que o foram em Roma. A segunda carta refere-se ao provimento numa conezia que tinha sido feito em Gaspar Mendes, a que o bispo D. Jerónimo de Meneses (1579-1592) se opunha: vd. A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1549, fl. 625-625v (1588-09-05). Ainda em Miranda, como já se referiu, duas das meias conezias, que tinham obrigação de cura de almas, eram providas pelo bispo através de concurso: vd., por exemplo, A.D.Bragança, Cabido de Miranda, Provimento dos cônegos, cx. 9, pasta 1 (Inquirição de Julião de Sá Sarmento).

34 *Bula de erecção da diocese de Portalegre*, publicada e traduzida em ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1970, vol. 3, p. 233-239.

35 *Bula de Erecção da Diocese de Elvas*, publicada e traduzida em ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1970, vol. 3, p. 181-189.

36 A.S.Portalegre, Cabido de Elvas, Acórdãos, lv. 1, fl. 6 (1581-08-16); lv. 5, fl. 18 (1626-06-14) e fl. 43v (1633-11-09).

37 A.S.Portalegre, Cabido de Elvas, Acórdãos, lv. 1, fl. 55v (1594-03-13).

38 A.S.V., Segr. Stato, Portogallo, lv. 6, fl. 56 (1594-02-20). A.S.Portalegre, Cabido de Elvas, Acórdãos, lv. 6, fl. 116v (1662-03-12).



A apresentação dos benefícios nas novas catedrais, em particular nas de Leiria e Miranda, esteve longe de ocorrer sempre sem problemas entre o bispo e cabido, de um lado, e a Santa Sé, do outro. O problema maior, e aquele que se arrastou por mais tempo, em ambas as dioceses, foi o da apresentação do deão. Quer o monarca e os bispos, por um lado, quer a Santa Sé, por outro, pretendiam apresentar aquela que era a primeira dignidade capitular, e ambas as partes não chegavam a um entendimento quanto à leitura da bula de criação daquelas dioceses. Em meados do século XVII o problema ainda não estava resolvido<sup>39</sup>.

Não possuímos, hoje, muitas informações sobre o processo formal da atribuição dos benefícios de padroado régio. Para o reinado de Filipe III, Fernanda Olival traçou aquele que era o circuito dos despachos na monarquia compósita, e os parcos dados que temos, precisamente para o mesmo reinado, são coincidentes com o quadro apresentado pela autora. O vice-rei dava audiência geral, na sede de governo, onde era possível entregar uma petição e expor a solicitude ao vice-rei. Quando se tratava de pedidos de benefícios eclesiásticos de apresentação da coroa, estes eram endereçados ao capelão-mor ou ao deão da capela real, em ausência daquele. Um destes dois analisava o requerimento e a sua consulta era mandada ao vice-rei, que a encaminhava para a corte, depois de também ele se ter pronunciado. Seguia-se a apreciação do Conselho de Portugal e todo o processo culminava com a decisão final do monarca<sup>40</sup>.

Partindo do exemplo de Portalegre, vemos, em 1602, o deão da capela escrever ao rei dando conta da vacatura do tesourado daquela Sé, por falecimento de Martim Gonçalves, e enviando uma lista com informações dos candidatos ao lugar. O vice-rei deu, entretanto, o seu parecer, sugerindo Gaspar Gonçalves Leitão, por ter sido provisor e vigário geral no dito bispado e pelo serviço que prestava no Santo Ofício, enquanto promotor da Inquisição de Évora. Como já era cônego em Portalegre, o rei poderia fazer «mercê» da conezia que deixaria vaga a Gaspar Veles, outro dos candidatos, capelão real há 17 anos<sup>41</sup>. O Conselho de Portugal concordou com o vice-rei quanto ao tesourado, mas visto que como há pouco tempo o rei fizera «mercê» a Gaspar Veles de o prover numa igreja curada, apontou para a conezia que ficaria vaga João de Beja Perestrelo, filho de Lançarote Leitão, ouvidor do crime na Suplicação. A decisão final cabia, porém, ao rei que, neste caso, concordou com a apresentação de Gaspar

39 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1549, fl. 56-56v, 59-59v, 57-58 (1584-12-31), fl. 170-170v (1585-11-03). B.A., 51-VI-11, nº 86: Decreto de D. João IV sobre as dúvidas que há no provimento do Deado de Miranda (1655-04-27). CASTRO, José de – *Bragança e Miranda (Bispado)*. Porto: Tipografia Porto Médico, 1947, vol. 2, pp. 60, 67-68. B.A., 51-VIII-17, fl. 166-166v: Carta de D. Pedro de Castilho ao rei sobre dúvidas acerca da provisão do deado da Sé de Leiria (s.d.). B.A., 51-X-5, fl. 54v-55: Despacho do rei a declarar vago o deado de Leiria (1633-03-16).

40 OLIVAL, Fernanda – *Filipe II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 137-140. (Trata-se de Filipe III de Espanha).

41 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1480, fl. 428 (1602-08-05).

Gonçalves Leitão para o tesourado, mas acabou por não dar a conezia a nenhum dos candidatos propostos<sup>42</sup>.

Em Miranda, tal como certamente aconteceria em Leiria, o bispo enviava o nome do escolhido, que depois era confirmado pelo rei, provavelmente após os pareceres do vice-rei e do Conselho. Assim aconteceu em 1604, como se vê pelo despacho do rei, que «tendo respeito a boa informação que me destes [o bispo] per vossa carta das letras e virtude» de prover João Camelo, bacharel em Cânones por Coimbra, na conezia que vagou por renúncia de Manuel do Amaral, «e no título que lhe passardes se fará menção como foi provido á nossa nomeação do meu conselho conforme a criação dessa igreja»<sup>43</sup>.

Finalmente, a Universidade de Coimbra tinha a prerrogativa de nomear indivíduos para benefícios canonicais de apresentação régia, reservados para doutores ou licenciados. A instituição destas conezias doutorais e magistrais terá sido motivada pelas necessidades das próprias igrejas catedrais em terem ao seu serviço capitulares com formação em Direito e Teologia, de forma a melhor poderem administrar a instituição<sup>44</sup>. Ou seja, terá sido para colmatar esta lacuna que Alexandre VI (1592-1603), a pedido de D. Manuel, criou em cada uma das dioceses uma conezia magistral, para um licenciado ou doutorado em Teologia, e uma conezia doutoral, para um licenciado ou doutorado em Direito Canónico ou Leis<sup>45</sup>. Ficava então previsto que ambas fossem providas pelos bispos juntamente com os cabidos, mas o breve de Alexandre VI não chegaria a ser executado em todas as dioceses. D. Sebastião suplicou então a Pio IV (1559-1565) que lhe concedesse o padroado delas, que passavam a ser providas por concurso realizado pela Universidade de Coimbra, o que aconteceu em 1560<sup>46</sup>. Todo o processo de oposição terminava com a escolha de um só candidato. Da Universidade seguia o nome do escolhido para a Mesa de Consciência e Ordens, e depois era pedido ao monarca que confirmasse a escolha<sup>47</sup>.

Os privilégios conseguidos, ao longo do século XVI, pelos monarcas portugueses e pela Universidade de Coimbra, concedendo-lhes um importante poder no processo de

42 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1480, fl. 437 (1602-10-13).

43 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1488, fl. 106v (1604-12-07).

44 FIGUEIROA, Francisco C. – *Memórias da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 167.

45 FIGUEIROA, Francisco C. – *Memórias da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 168. LEAL, Manuel P. – “Catalogo dos conegos magistraes, e doutoraes, que a Universidade de Coimbra appresenta nas Sés deste Reyno”. In *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, 1725, tomo V, nº 28.

46 LEAL, Manuel P. – “Catalogo dos conegos magistraes, e doutoraes, que a Universidade de Coimbra appresenta nas Sés deste Reyno”. In *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*. Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, 1725, tomo V, nº 28.

47 FONSECA, Fernando T. – Os corpos académicos e os servidores. Universidade de Coimbra. In *HISTÓRIA da Universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. 1, tomo 2, p. 523, nota 32. FONSECA, Fernando T. – *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo Social e Económico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995, p. 533. A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1480, fl. 220 (1602-03-15).

escolha de alguns dos prebendados em diferentes dioceses portuguesas, não deixaram de suscitar tensões e conflitos entre os vários agentes envolvidos, nomeadamente entre a Universidade e os bispos e cabidos. Entre as dioceses abrangidas pelo breve de 1496, isto é, entre as mais antigas, a do Algarve parece ter sido aquela onde houve maiores problemas. Mais de um século depois a Universidade de Coimbra ainda procurava fazer valer o breve de Alexandre VI. Uma vacatura ocorrida em 1609 parece ter reacendido o problema. A questão arrastar-se ia durante cerca de um ano, até que bispo e cabido desistem de prover a conezia doutoral naquela Sé<sup>48</sup>.

Também nas novas catedrais, criadas já depois do breve de 1496, alguns bispos e cabidos levantaram dúvidas, pretendendo que a apresentação fosse sua e não do rei, pese embora no reinado de D. Sebastião, Pio IV ter alargado o breve, explicitando-se as novas dioceses de Miranda, Leiria e Portalegre, além de todas as demais do Reino. Contudo, se no Algarve o bispo D. Fernão Martins Mascarenhas (1595-1616), a quem o rei escreveu, «aquietou-se», já os de Leiria e Miranda continuavam, em 1610, a insistir<sup>49</sup>.

Como se pode observar, no que diz respeito à obtenção de uma prebenda, os centros de poder não estavam concentrados numa única entidade. Quanto mais conexões se tivessem, maiores possibilidades de sucesso se teria. A corte, quer a de Lisboa/Madrid, quer a de Roma, eram os principais centros clientelares, mesmo que tal não signifique que os monarcas ou o sumo pontífice fossem necessariamente as únicas fontes de poder. Na cúria romana os cardeais desempenhavam um importante papel de distribuição de prebendas entre as suas clientelas e, nas cortes de Lisboa ou Madrid, embora não se tenha conseguido apurar com detalhe, não seria negligenciável o papel de actores como os membros dos conselhos do rei.

Apesar do Concílio de Trento ter concebido um ideal de sacerdote assente nas capacidades e virtudes individuais, estudos recentes têm vindo a demonstrar que o mérito, no sentido que hoje lhe é atribuído, não era suficiente para uma carreira eclesiástica<sup>50</sup>. Também no que se refere aos cabidos catedralícios, a família e os laços clientelares continuaram a ter um peso significativo no acesso aos patamares superiores da hierarquia eclesiástica, embora a formação universitária constituísse cada vez mais um elemento-chave para essas carreiras. Por exemplo, em carta que D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria (1583-1604), escreveu ao rei em 1603, no contexto dos diferendos com a Universidade de Coimbra a propósito da apresentação das conezias doutorais,

48 T.T., M.C.O., Sec. Mesa e Comum das Ordens, Cópia das consultas e respostas do rei, lv. 21, fl. 57 (1610-05-10).

49 T.T., M.C.O., Sec. Mesa e Comum das Ordens, Cópia das consultas e respostas do rei, lv. 21, fl. 72v (1610-07-16).

50 Para Portugal vd.: PAIVA, José P. – *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006 (em particular p. 171-288). Para outros exemplos da Europa católica: AGO, Renata – *Carriere e clientele nella Roma barocca*. Roma: Laterza, 1990. FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi – Entre ideal y realidad: las elites eclesiásticas y la reforma católica en la España del siglo XVI. In *OPTIMA Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Org. N. MONTEIRO; P. CARDIM; M. CUNHA. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 13-45.

fica bem claro o que estava em causa neste jogo de apresentação de benefícios, em que todos querem entrar:

«tambem não he serviço de Vossa Magestade que os prelados daquela igreja de que Vossa Magestade he padroeiro fiquemos defraudados da provisão livre de duas conezias mais senão ellas todas de somente, e não avendo outras provisões de benefícios pera pesoal de nosa obrigação, assas tem a universidade, nas outras sees, mais rendosas, e os graduados nella tambem lhes cabe boa parte na de Leiria, ainda que não seja per via da eleição da universidade»<sup>51</sup>.

Ou seja, a necessidade e o desejo do bispo ter benefícios para distribuir pelos de sua «obrigação». Aliás, era frequente os bispos nomearem para conezias ou outros benefícios eclesiásticos aqueles que já estavam ao seu serviço, como criados ou capellães. Mas não só os bispos. Também os monarcas faziam das prebendas um instrumento de uma economia de mercês. Por exemplo, Francisco Nogueira, cujo pai servia no Conselho de Portugal, foi apresentado por D. Filipe III numa conezia em Elvas, de padroado real<sup>52</sup>.

Não constituirá, portanto, surpresa dizer-se que, no acesso aos cabidos catedralícios, parentelas e clientelas tinham um papel relevante. Com excepção de algumas prebendas para as quais se realizava um concurso (e pouco se sabe em que consistiam estes concursos), esta não era a regra. Aliás, mesmo quando os havia, as relações clientelares não deixariam de se sobrepor aos méritos individuais, como bem observou, na época, António Camelo, que se referiu assim aos concursos para benefícios: «fazse exame e ainda que concorrão Mestres ou Doutores insignes, o parente ou Capellão a quem sua Senhoria a tinha dado, leva a certidão, porque não querem desaprazerlhe os sinodas: com o que edital, concurso, exame, sinodas, escolla, tudo vem a sair em cerimonia illusoria de constituição tam bem ordenada. [...] O mesmo fazem os Cabidos em falta do Prelado, e peor, supposto que com menos culpa, a meu ver, porque o mao exemplo do que assi lhe virão fazer, em parte os desculpa»<sup>53</sup>. Maiores possibilidades de sucesso tinham aqueles que melhor conseguissem activar o capital social acumulado por si ou pela parentela. Aqueles merecedores de «graça» ou «mercê» ou, como muito significativamente se referiu D. Martim Afonso Mexia, bispo de Lamego (1615-1619), a um sacerdote que nomeou para uma tercenária, que tivessem «favor», pois «basta

51 B.A., 51-VIII-17, fl. 26-26v: Carta de D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, ao rei sobre a dúvida que moveu a Universidade de Coimbra acerca das conezias doutorais na Sé de Leiria (1603-09-09).

52 A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1481, fl. 412 (1611-07-08). Outro exemplo é o de D. Francisco de Castro, que pediu a Filipe III uma carta de favor para o papa o prover no deado de Coimbra, o que mereceu parecer favorável do Conselho de Portugal, pois além dos seus méritos individuais, o seu pai, D. Álvaro de Castro, fora embaixador em Roma, vedor da fazenda e do conselho de estado de D. Sebastião, e o avô, D. João de Castro, fora vice-rei da Índia. Vd. A.G.S., Secretarias Provinciales, Portugal, lv. 1480 fl. 105 (1601-09-21).

53 CAMELO, Antonio Moreira – *Parocho perfeito*. Lisboa: na officina de Joam da Costa, 1675, p. 12.

terem ydade para se ordenar de missa dentro de hum anno na forma dos beneficios curados»<sup>54</sup>. Além do mais, mesmo havendo critérios quanto a uma idade mínima ou formação, o que aconteceu foi que os candidatos passaram a esperar mais tempo para entrar numa catedral e a procurarem obter essa formação. Satisfazendo as normas estabelecidas, a obtenção da prebenda passava sobretudo pelos laços clientelares.

---

54 T.T., Cabido de Lamego, Correspondência, cx. 37, mç. 4, nº 21 (1616-06-17).